



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Deltan Dallagnol

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. Deltan Dallagnol)

Requer informações ao Tribunal de Contas da União sobre procedimentos relacionados à operação Lava Jato e outros casos de grande corrupção, inclusive sobre o impacto das operações realizadas nos últimos 10 anos nas ações e resultados do TCU.

Senhora Presidente,

Nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, e dos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações sobre procedimentos em trâmite naquele Tribunal relacionadas a investigações de casos de corrupção, inclusive seu impacto em ações perante o TCU, bem como sobre os avanços e inovações jurídicas decorrentes da deflagração de outras operações de combate à corrupção realizadas nos últimos 10 anos.

Com o fim de guiar o presente Requerimento, solicito que sejam respondidas as demandas abaixo:

1. Quantas auditorias, tomadas de contas e outros procedimentos e iniciativas, por tipo, foram realizados sobre as obras e contratos em que foram identificados indícios de corrupção ou

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 739 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.deltandallagnol@camara.leg.br | 61 3215-5739



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Deltan Dallagnol
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231865848900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Deltan Dallagnol

de desvios na operação Lava Jato? Solicito a disponibilização de planilha contendo informações detalhadas sobre as obras e contratos em que foram identificados indícios de corrupção ou desvios na operação Lava Jato, incluindo número do caso, tipo de procedimento, data de instauração, fase atual, tempo de tramitação do início à conclusão, envolvidos, resultados em termos de valor a ser restituído ou multa a ser paga, valor efetivamente recuperado ou recolhido para os cofres públicos e qual contato de pessoa que possa ser responsável pela prestação de informações adicionais;

2. Quantos outros procedimentos relacionados à repressão e punição de indícios de corrupção ou desvios foram instaurados e quantos foram encerrados por ano, por tipo de procedimento, nos últimos 10 anos? Solicito relacionar em tabela os casos indicando seu número, resultado, valor a ser restituído ou multa a ser paga, e valor efetivamente recuperado ou recolhido para os cofres públicos e qual o contato de pessoa que possa ser responsável pela prestação de informações adicionais;
3. Qual foi o valor total de ressarcimentos e multas apuradas relacionados a casos em que foram identificados indícios de corrupção ou desvios, por categoria de procedimento ou de desvio, nos últimos 10 anos? Desse montante, quanto foi efetivamente recuperado ou recolhido para os cofres públicos e qual o contato de pessoa que possa ser responsável pela prestação de informações adicionais?
4. Quais medidas foram tomadas pelo TCU para cobrar os valores apurados em ressarcimentos e multas nos últimos 10 anos?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Deltan Dallagnol

Havendo discrepância, que leis ou medidas podem ser aperfeiçoados para tornar a recuperação de valores e o recolhimento de multas mais efetivos?

5. Quais medidas o TCU adotou ou planejou adotar para prevenir casos de corrupção e outros crimes a partir das informações e lições aprendidas durante as investigações realizadas na operação Lava Jato e em outros casos de combate à corrupção?

Vale mencionar que as informações solicitadas dizem respeito a procedimentos administrativos e – até onde é possível saber – não estariam protegidas por sigredo de justiça, sigilo fiscal, ou qualquer outra hipótese legal de restrição de acesso. Ainda que porventura estejam abrigados por algum tipo de sigilo, todavia, cabe destacar que não há óbices para o encaminhamento de informações sigilosas como respostas aos Requerimentos de Informação apresentados por parlamentar no exercício de sua prerrogativa constitucional de fiscalização.

JUSTIFICAÇÃO

A operação Lava Jato é considerada a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil, deflagrada em 2013. A Lava Jato foi responsável por desvendar um grande esquema de corrupção envolvendo a Petrobras e outras subsidiárias da estatal, empresas cartelizadas e partidos políticos.

Ao longo das investigações, foram descobertas diversas irregularidades, como o pagamento de propinas a políticos, agentes públicos e partidos políticos, além de crimes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, entre outros. Como resultado das





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Deltan Dallagnol

investigações, a operação Lava Jato investigou e condenou diversos criminosos de colarinho branco, dentre eles empresários, doleiros, operadores e parlamentares.

Diante do cenário de corrupção revelado pela operação Lava Jato, o papel do TCU na fiscalização e controle dos recursos públicos se tornou ainda mais relevante. Desde então, o TCU vem atuando de forma ativa no acompanhamento das obras e contratos investigados na operação, bem como em outras ações de combate à corrupção.

Nesse cenário, as perguntas ora relacionadas buscam recuperar quais foram os resultados, avanços, inovações e lições institucionais aprendidas em razão da operação Lava Jato e outras operações de combate à corrupção ocorridas na última década, a partir do cotejo do relevante trabalho feito pelo Tribunal para apurar e punir os responsáveis por crimes de corrupção e desvios de recursos públicos em obras e contratos firmados pela Petrobras.

É importante ainda avaliar como aperfeiçoar mecanismos para recuperar valores desviados e garantir o recolhimento de multas impostas pelo órgão. Diante disso, considerando o papel institucional desta Comissão, é fundamental analisar os resultados alcançados com os desdobramentos das principais operações de combate à corrupção e a efetividade dada pelo TCU em termos de prevenção, controle e compliance.

Assim sendo, solicito aos pares apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, em de maio de 2023.

Deputado Federal DELTAN DALLAGNOL
PODEMOS/PR

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 739 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.deltandallagnol@camara.leg.br | 61 3215-5739



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Deltan Dallagnol
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231865848900>

